

Governo estuda mudanças nos critérios do orçamento

BRASÍLIA — O Ministério do Planejamento está sugerindo ao Palácio do Planalto alteração no sistema de orçamento que retira do Executivo seu poder de barganha com os ministérios após a aprovação do orçamento pelo Congresso. Em lugar de fixar um valor para o orçamento com base em estimativa da inflação e complementá-lo com Leis de Excesso, à medida que essa estimativa é ultrapassada pela inflação real, o governo fará um orçamento *indexado*, isto é, corrigido automaticamente de acordo com a variação dos índices da economia.

Pela proposta da Seplan, os gastos com a dívida interna passariam a ser corrigidos de acordo com a OTN, o serviço da dívida externa seria reajustado pela variação cambial mais a variação das taxas de juros internacionais, as despesas de pessoal aumentariam no orçamento de acordo com a URP. As despesas de custeio seriam reajustadas de acordo com índices específicos, com o Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas, ou, no caso das bolsas de estudo, pela variação dos salários dos professores universitários assistentes.

Para este ano — O sistema proposto pela Seplan está sendo analisado pelo Gabinete Civil da Presidência e, se aprovado, deverá valer ainda este ano para a Lei de Excessos, que, se encaminhada em maio, como prevê o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, seria elaborada com base nos gastos do governo em abril.

Segundo assessores do governo, a proposta analisada no Palácio do Planalto sugere que as despesas de custeio e capital (investimentos) sejam ajustadas à receita da União. A cada dois ou três meses, caso fosse verificado aumento na receita disponível pelo governo, esse aumento seria incorporado à reserva de contingência, para suprir gastos emergenciais. Caso a receita caísse, como vem constatando a Secretaria do Tesouro Nacional nos primeiros meses do ano, as liberações de recursos para custeio e capital sofreriam a mesma queda, e os ministérios teriam de ajustar seus gastos a essa redução de recursos.

A mudança no orçamento dependerá de aprovação do Congresso, e, nesse ponto, alguns técnicos se dizem temerosos de que a medida não ganhe apoio parlamentar. Isso porque, a partir da fixação do orçamento nos novos moldes, deixaria de haver Leis de Excessos — que reajustam o orçamento de acordo com a inflação e, na prática, representam novo orçamento elaborado no meio do ano. A medida, segundo um técnico da Seplan, permitiria à Secretaria de Orçamento e Finanças liberar seus técnicos para, em lugar de reavaliarem o orçamento, passarem a fiscalizar sua execução nos ministérios.